ATA COMPLETA*

Comitê da Bacia Hidrográfica do

Alto Tietê

CBH - AT

Plenária Extraordinária

17 / 12 / 2008

Secretaria do Meio Ambiente

São Paulo – SP

Taquígrafo Dartan Gravina
(011) 7138 2725

* *Ipsis verbis* , ou ssim como foi dito.

Presidente- Bom dia a todos. Como ainda não temos quórum queremos fazer a inclusão do assunto onde há a previsão da instalação de uma praça de pedágio no km 66 da Rodovia Fernão Dias, de acordo com o plano de exploração de rodovias e, na área central de Mairiporã, essa proposta será encaminhada ao CTPG (Câmara Técnica de Planejamento e Gestão) para análise da proposta, então vamos fazer essa apresentação, até termos o nosso número suficiente para passarmos para as nossas deliberações.

Arquiteto Mário César- Vice-presidente do Subcomitê Juquery-Cantareira- Bom dia a todos estou falando enquanto Vice-presidente do Subcomitê Cantareira, representando a Sociedade Civil e logo após falará também o arquiteto Carlos Conde, Vice-presidente da associação dos profissionais de engenharia e arquitetura do município de Mairiporã. Trazemos o informe que foi deliberado no nosso Subcomitê a partir de uma Deliberação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Mairiporã, deliberado no nosso Subcomitê a partir de uma Deliberação do conselho municipal de defesa do meio ambiente de Mairiporã, que versa sobre uma obra que está sendo instalada em área de manancial, uma praça de pedágio, na área central de Mairiporã, no km 66 da Fernão Dias. No Subcomitê nossas considerações foram que em função da sua obra venha a ocorrer a possibilidade de desvios em rotas de fuga por cargas perigosas, e foi discutido inclusive em um amplo seminário com a Secretaria da saúde, Cetesb, a Secretaria de Transporte, em outubro deste ano. A área se localiza a cerca de 400 m do canal do Rio Juquery e portanto bem próximo ao reservatório terminal do sistema Cantareira e existe um passivo ambiental da rodovia Fernão Dias, que não está sendo considerado e nem das melhorias da estrada, e existem alternativas para a localização da em praça de pedágio, porque o EIA-RIMA da Rodovia Fernão Dias já previa no km 54,7, fora da área de mananciais. O plano da exploração rodoviária, tem vários dados que coloca com isso, da empresa Dinatest, estimando que 36% dos caminhões e veículos de carga da Fernão Dias podem passar por rota de fuga ao longo dos mananciais com a implantação desse pedágio. Inclusive não foram feitas consultas ao município, de forma alguma, nem a órgãos estaduais de licenciamento, contrariando portarias da CONAMA, em especial a 237/97. A área tem notória importância ambiental, é contrário ao plano diretor de Mairiporã, foi efetuado várias embargos por parte da prefeitura de Mairiporã, no departamento de obras, que tenho em mãos, e nessa semana após a reunião do Subcomitê teve embargo do DUSM, aqui da Secretaria, também noticiado pela imprensa local, mas no entanto há exposição contínua de material ao longo da obra, ou seja na prática a obra

continua. Nós deliberamos e trouxemos a título de informe, após todos os considerandos, primeiro há necessidade prévia de apresentação das diretrizes para o licenciamento ambiental e a consequentemente licença ambiental na forma expressa pela resolução do CONAMA e lei citadas, pedindo apresentação de EIA-RIMAS e inclusive pela obrigatoriedade do próprio EIA-RIMA da Fernão Dias e o estudo de impacto de vizinhança previsto em lei federal e no estatuto das cidades. Requeremos também no caso das dispensas pelos órgãos ambientais competentes, que seria o Ibama, ou a Secretaria do Meio Ambiente Estadual, ou mesmo Municipal, as devidas justificativas de tais atos para o devido envio as considerações do Ministério Público. Segundo, a mudança da localização da sua praça de pedágio do km 66 para o km 54,7 ou outro fora da área de proteção de mananciais, em respeito até o próprio EIA-RIMA da Fernão Dias. Encaminhando como forma de subsidiar os parâmetros a serem decididos nesse EIA-RIMA, nesse estudo de impacto de vizinhança, caso haja insistência da referida obra no km 66, requerimentos de pareceres técnicos frente aos impactos ao manancial Cantareira pela implantação da pretendida obra, e resolução dos passivos ambientais da Rodovia Fernão Dias nos corpos hídricos desse manancial. Estamos requerendo e encaminhando a Sabesp, ao DAEE, a Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, e estamos dando ciência que vai ser a do Ministério Público Federal para o que couber junto às ações que já estão em demanda por parte da Câmara de Vereadores e da Prefeitura de Mairiporã. Da localização o arquiteto Carlos conde vai falar.

Arquiteto Carlos Conde- Bom dia a todos. Como está mostrando essa imagem estamos falando realmente de uma tragédia anunciada sobre o manancial norte no sistema Cantareira e vou tentar rapidamente circunstanciar para vocês para quem não conhece a região para poder entender a localização. Nessa mancha maior, da foto do satélite da cidade de São Paulo, a linha preta mais forte é a rodovia Fernão Dias, ou seja, está cortando inteiramente a serra da Cantareira e o tracejado em branco é área de proteção aos mananciais, pois bem, a localização da praça está exatamente no centro geográfico da área de proteção, quer dizer, criamos uma lei em 75-76 para proteger essa região, e trabalhamos todos esses anos para quê? Para vir uma empresa a instalar uma praça de pedágio exatamente no coração dessa área de proteção, a 300 m do rio Juquery. Esse é o município de Mairiporã, com duas bolinhas, a do meio é da localização da pretendida praça de pedágio e as em verde são as áreas de proteção existente, aqui embaixo, o parque estadual da Cantareira, ao lado o parque do Juquery, que foi criado em função da duplicação da Fernão Dias, a outra área verde ao norte uma área tombada pelo CONDEPHAAT , e também

temos próximo a essa área uma RPPM, então toda essa área é uma grande área de proteção onde estamos sofrendo esses impactos, e todas essas estradas em laranja são as secundárias que cortam a região da Cantareira e que vão receber essa fuga de pedágios. O próprio documento da ANT-Agência Nacional de Transportes já falava no edital da privatização que vai haver uma fuga de pedágios por essas estradas secundárias de 9,5% de automóveis e 33% de veículos de carga, então você tem idéia da coisa gigantesca que isso representa. Esse é o município de Mairiporã, em azul o Rio Juquery e o início da represa Paiva Castro, e a localização da praça de pedágio naquela linha vermelha, exatamente no centro da cidade, na entrada da cidade, e todas as rotas alternativas passa necessariamente por dentro da cidade e por todas essas estradas que cortam a serra. Esses são acidentes, as fotos, do que já está ocorrendo nas estradas da região, essa é da Estrada Parque da Roseira, criada ano passado pela Prefeitura Municipal, e vocês podem ver o tipo de veículo que já está fugindo tentando alcançar o Rodoanel tentando usar essas estradas secundárias e a gente pode imaginar como isso vai ser potencializado. Essa é uma outra foto de acidente também. Essas são estradas de interesse turístico, cercadas de mata, cercada dos mananciais que abastecem a represa e que correm esse risco, sem falar das cargas perigosas. Essas são fotos de animais mortos essas estradas devido ao aumento de tráfego. Vocês podem ver os animais nativos. E essa também a morte anunciada da represa como podemos ver nessa imagem, uma pessoa andando na represa, já em processo que vem de anos de assoreamento e podemos imaginar como vai ser potencializado com essa suposta implementação da praça de pedágio. Essa é uma foto da beira da represa de uma estrada que hoje já não está suportando o trânsito devido a essa fuga de pessoal que já faz para o Rodoanel e naturalmente vai chegar aos limites, colocando também em risco todo o sistema devido às cargas perigosas. É isso. Obrigado.

Presidente- A proposta então é para encaminharmos a CTPG do Alto Tietê e evidentemente vocês estarão acompanhando essa análise. Bonfílio .

Bonfílio Alves Ferreira- Representando segmento Sociedade Civil Organizada entidade IPEH- Instituto Paulista de Ecologia Humana- Bom dia a todos. Gostaria de enfatizar alguns pontos colocados aqui pelo nosso Vice-presidente do Subcomitê Juquery-Cantareira e pelo arquiteto Carlos Conde, mestre em urbanismo e que vem acompanhando com propriedade esse tema do assoreamento da Represa Paiva Castro, o tema quando houve a duplicação da Fernão Dias em que uma das medidas compensatórias foi a criação do Parque Estadual do Juquery, e para nós é uma questão absolutamente clara, a vigilância, ainda nessa

democracia que é uma criança e quando o Subcomitê evoca para si, embora não seja órgão licenciador, uma postura e um posicionamento de proteção daqueles mananciais, que também é de salvaguardar aquilo que o próprio estado definiu como diretriz da sua política pública, é porque o que pretendemos é exatamente o bem de toda a sociedade. Então o que trazemos aqui é um pedido de ratificação em plenário da Deliberação do Subcomitê Juquery-Cantareira no sentido que as ponderações colocadas nesse documento, bem expostas pelo nosso Vice-Presidente, para que as cautelas, que devem necessariamente ser observadas pelo empreendedor, no caso o Governo Federal, sejam atendidas, porque depois não dá para correr atrás de mais prejuízos ainda, então não estamos deliberado contra uma praça de pedágio, se for possível ficaremos muito felizes, porque duvido que alguém aqui tenha gratidão de pagar pedágio, acho que ninguém tem, mas estamos deliberando para que aquilo que o próprio estado através dos órgãos que são criticados por eles, o DNER, e seus estudos contratados, o EIA-RIMA da Fernão Dias, que foi aprovado, pelo Ibama, que essas diretrizes do estado precisam ser respeitadas, porque se não estamos admitindo e aceitando uma situação de cada vez mais caos. A CONAMA 237/97 quando diz que é obrigatória a oitiva do município, isso tem que ser observado e também a oitiva dos órgãos de licenciamento do estado, não foi observado com o cuidado e o zelo e a transparência necessária, e nesse sentido que nós pedimos a atenção e o carinho de todos no sentido de ratificar essa proposição para que os encaminhamentos ali colocados, no sentido de invocar as competências devidas sejam tomadas para que o fato consumado, que um prejuízo aqui corremos atrás porque quando se fala de obras para que não se consume porque a empresa já colocou lá pedra, areia, em uma tentativa de dizer " vou construir e não importa a lei, e as preocupações da sociedade ", mas não é assim que as coisas devem andar em uma democracia e para isso estamos aqui e então peço a atenção de todos de dar o referendo para essa Deliberação para que as competências devidas possam ser observadas, na verdade o que estamos fazendo é só uma preocupação para que não haja omissão dessas competências. Obrigado.

Presidente- Não temos ainda o quórum formalizado. Vamos para as informações, passo a palavra ao nosso Secretário para os informes da Secretaria executiva.

Marcelo de Souza Minelli- Secretário Executivo do Comitê - representando governo do estado de São Paulo/Cetesb- Bom dia a todos. Pelo ofício da Secretaria de Recursos Hídricos da nossa colega Rosa Maria Mancini, saudando e cumprimentando a todos, agradecendo a

participação no ano de 2008 e no mesmo ofício destacando algumas datas do nosso calendário, de 31/12/2008 como data limite para encaminhamento a CRHi do Plano da Bacia e Relatório de Situação aprovados pelos respectivos Comitês, com a comprovação de todos os itens relativos à gestão do planejamento. Também 31/12/08 em função da Deliberação CRH 90 da necessidade de atualização do cronograma de cobrança pelo uso da água do CBH-AT, e finalmente em 31/03/2009 como prazo limite para eleição nos CBHs da nova direção e representante dos municípios no CRH, já dentro das regras do novo regimento interno. Em função disso, creio que na nossa próxima plenária de janeiro, e já deve ser formada nossa comissão eleitoral, segundo o estatuto acordado na CTPG das novas regras do cadastramento e recadastramento da Sociedade Civil organizada, de forma que possamos cumprir esse calendário para 31/03/09. Temos algumas deliberações mas parece que é necessário o quorum. Já temos?

Presidente- Nós temos uma apresentação do diagnóstico analítico do Comitê do Alto Tietê, parte integrante do plano de bacia, Pedro Jacobi, você pode fazer uma apresentação para os presentes e não faríamos a votação, tem condições? É o item 6 da pauta, não passamos para vocês a inversão por conta que não temos quórum para deliberação, mas faremos a apresentação enquanto aguardamos e quando tivermos o quórum formalizado passaremos a Deliberação e votação.

Pedro Roberto Jacobi- Representando segmento Sociedade Civil Organizada entidade Pró Reitoria de Cultura de Extensão Universitária - USP - A apresentação da Dra. Mônica Porto foi feita no Subcomitês, colocando o conjunto dos atores que estarão associados aos investimentos futuros concedidos pelo Comitê. No diagnóstico há a questão do desenvolvimento institucional e um conjunto de ações desse desenvolvimento para o Comitê. Uma preocupação com a revisão do funcionamento do Subcomitê, principalmente na medida em que haverá um plano de investimentos, outro componente que foi apresentado, é o desenvolvimento da legislação nos instrumentos de gestão, terceiro o desenvolvimento tecnológico e a capacitação dos recursos humanos, quarto comunicação social e educação ambiental para uso racional e proteção dos recursos hídricos, com um conjunto de ações, dentro desse um componente de planejamento e gestão destacando uma série de levantamentos, estudos e planos que deverão ser realizados no decorrer da implementação do plano, aspectos relacionados ao monitoramento em quantidade e qualidade de água, estudos sobre a implantação do sistema de outorga e cobrança, o controle e fiscalização dos recursos hídricos, fortalecimento do sistema de informações da

bacia, acompanhamento e a atualização dos planos setoriais, e posteriormente há uma série de iniciativas associadas a serviços e obras dos vinculados com coleta e afastamento de esgoto, obras de controle de cheias, de drenagem, de utilização múltipla dos recursos hídricos, vinculação do sistema de resíduos sólidos aos problemas de drenagem, obras de recuperação da qualidade da água, controle de erosão, controle de fontes difusas da poluição das águas, conservação de recursos hídricos, a questão da compensação dos municípios em área de proteção dos mananciais, e o último item a recuperação de áreas degradadas e recomposição da vegetação além da adequação da infra-estrutura rural, urbana, e desenvolvimento rural. Como vocês podem ver é um plano extremamente abrangente, estamos apenas listando que está sendo solicitado, temos aqui um material do diagnóstico, e o relatório final em CD, que será distribuído.

Presidente- Vamos complementar essas informações feitas pelo professor Pedro Jacobi.

Mônica Porto- Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo-FUSP-Coordenadora do Plano da Bacia - Bom dia a todos. Conforme foi definido pela CTPG a equipe do Plano da Bacia entrega hoje o Comitê de bacia esse CD que contém todo aqueles dois volumes com o diagnóstico da bacia. Se olharmos a Deliberação do CRH o conteúdo mínimo é de todo o item 1, 2 e 3. Entregamos também a lista do que trabalhamos no plano de ação, essa lista que o professor Pedro se referiu, com o orçamento global das necessidades de investimentos na bacia. Isso é o que precisa ser encaminhado como parte do Plano da Bacia até 31/12 , mas após isso continuamos a trabalhar porque todas essas ações listadas precisam ser melhor detalhadas, havendo uma nova discussão com a equipe do plano voltando ao Comitê e Subcomitês, e o geral já está concluído e pronto. A parte do diagnóstico que subsidia essas ações, justificando a razão das ações são esses dois volumes que será distribuído aos senhores em CD e a lista das ações com o respectivo orçamento que está impresso também para distribuição. Obrigada.

Presidente- Alguém quer fazer algum pronunciamento a respeito desse relatório?

Marco Antônio Palermo- Vice-presidente do Comitê -Representando segmento Sociedade Civil Organizada entidade ABRH-Associação Brasileira de Recursos Hídricos - Apenas complementando aquilo que o professor Pedro já ressaltou, digamos o diagnóstico da bacia e o plano de metas, acabaram de ser apresentado em todos os Subcomitês, houve uma rodada muito intensa nas suas últimas semanas, a pedido

inclusive da Secretaria executiva, e com todas as Secretarias dos Subcomitês para que o diagnóstico do plano de metas fosse discutido e debatidos nos Subcomitês, além disso o GT-Plano e a CTPG fizeram uma série de reuniões e debates sobre o assunto e nesses debates que já se estende, há quase um ano, não é? Surgiram várias incorporações ao plano e o inclusive participei da última reunião da CTPG, acho que faz uns quinze dias, uma semana, onde nessa reunião se consolidaram todas essas questões, observações, e as questões todas foram incorporadas ao diagnóstico do plano e a CTPG, por minha sugestão, quer dizer, sugestão dos demais colegas, emitiu um relatório com suas observações concluindo basicamente pelo encaminhamento a esta plenária do diagnóstico analítico da bacia para aprovação do Comitê, e entendo que essa seja a fase de término desse importantíssimo trabalho, que precisamos inclusive ter aprovado pelo Comitê e em decorrência das próprias resoluções do CRH, para termos um plano aprovado para nos credenciarmos dentro dos critérios da resolução do CRH que fixa o conteúdo mínimo do plano para que a cobrança pelo uso da água possa se estabelecer, ou seja o plano aprovado, dentro dos critérios estabelecidos, e o plano anterior se não me engano era de 2002 não estando portanto sujeito às diretrizes que o CRH estabeleceu e a FUSP foi contratada para fazer um novo plano, que está sendo entregue agora para nós e dentro do nosso objetivo de ter a cobrança estabelecida mais rápido possível na bacia, temos que antes de mais nada ter esse plano aprovado, para em seguida dar continuidade aos trâmites em relação à cobrança. Obrigado.

Presidente- Alguém quer fazer algum outro pronunciamento sobre o assunto? Se não houver mais ninguém que queira fazer uso da palavra nós **vamos à votação e a aprovação do Diagnóstico Analítico do Alto Tietê. Já temos quórum. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.**

Agora vamos à aprovação da Ata. Todos receberam a Ata da reunião anterior? Alguma manifestação? Por favor no microfone, para ficar registrado facilitando a taquigrafia.

Miron Rodrigues da Cunha- Representando segmento Sociedade Civil organizada Entidade Associação Paulista dos Consultores em Meio Ambiente - É muito simples, na última reunião pedi que fosse anexado um documento e nessa Ata não consta e quero novamente entregar o atestado de regularidade e aprovação de contas da Agência no exercício de 2006, e peço que corrija a Ata, porque foi pedido que fosse anexado para o envio por favor.

Presidente- Por favor passe para a mesa. Agora o Bonfílio.

Bonfílio- Meu pedido é somente de inclusão, até conversei com o Dartan, ele tem memória bastante clara do item, de inclusão do debate que houve a respeito dos limites de competência do Comitê e dos Subcomitês. É uma matéria, como disse lá, que temos várias vezes retornado a ela, e naquela reunião o grupo teve oportunidade de aprofundar um pouco. Então o pedido é de registro nessa Ata, a que fica impressa e disponibilizada a todos, porque a outra Ata, a maior, como fica em meio digital, há o risco conhecido de perda desses dados ao longo do tempo, então é um registro importante dos debates que tivemos naquela plenária referente à competência.

Presidente- Alguém mais para fazer algum pronunciamentos sobre a Ata? Peço a taquigrafia que registre-se a citações do Dr. Miron e Bonfílio, com relação às propostas. Peço desculpas ao Dr. Miron porque foi me passado esse documento e eu lamentavelmente perdi uma série de documentos em meu carro, e entre eles a pasta que eu levava aqui da reunião do Comitê, a responsabilidade nesse caso exclusivamente minha. Ninguém mais quer fazer manifestação? Os que estiverem em acordo com a Ata que receberam permaneçam como estão, **aprovada, com as citações feitas pelo Dr. Miron e Bonfílio para que sejam inseridas e lembradas na próxima Ata.**

Vamos agora para Deliberação que dispõe sobre a natureza das demandas da aprovação dos critérios de pontuação e hierarquização dos empreendimentos a serem financiados com os recursos do FEHIDRO, destinados ao nosso Comitê para o exercício de 2009.

Secretário Executivo - Essa minuta já foi distribuída e solicitamos a dispensa de sua leitura na integral. Quem concorda com essa proposição que se mantenha como está. Nelson.

Nelson Pedroso- Representando segmento Sociedade Civil Organizada entidade AGDS- Sr. Presidente, Secretário Executivo, nosso Vice-presidente Marco Palermo, em reunião com os colegas da Sociedade Civil solicitamos, uma vez que essa documentação toda nos chegou há dois dias desse plenário e eu como coordenador do GT do acompanhamento dos projetos, junto com a Secretaria do Meio Ambiente, não teria acesso a essas informações antes, não compareci à reunião da Câmara Técnica que discutiu essas deliberações, portanto solicitamos o adiamento dessa discussão até janeiro porque em janeiro já estamos nos articulando com alguns colegas do segmento no sentido de reorganizar novamente a Sociedade Civil principalmente em prol de deliberações desse porte. Para que entremos amiúde na discussão,

antes de entrarmos, solicitamos que independentemente da questão de termos solicitado a reunião plenária fora do que prevê o próprio estatuto, foi dois dias antes dessa reunião, solicitamos que adie sua reunião para que possamos de uma forma um pouco mais qualificada discutir o teor dessa proposta de deliberação.

Secretário - Enquanto decidimos sobre o assunto, o Edmundo vai fazer uso da palavra.

Edmundo Garcia- Representando segmento municípios P.M. de São Paulo - Só queria fazer um histórico, é o seguinte, esse Comitê nesses últimos meses está sofrendo um ataque de falta de comando, tivemos nesse último um mês uma eleição nacional municipal, muitos municípios estão trocando seus representantes, estivemos falando com o município de Santo André, a Dra. Sandra aqui, que haverá uma provável troca de representação, e eu estou aqui em uma designação provisória, e nesses últimos dias houve reuniões entre Secretários de São Paulo, inclusive o Presidente do comitê, reuniões do Presidente do Comitê com o Secretário do Meio Ambiente do Estado, então esse encaminhamento da Sociedade Civil sobre essa deliberação, São Paulo também apóia, quer dizer não é possível caminhar uma Deliberação dessa recebida em tão pouco tempo e apoiamos encaminhamento do Nelson sobre esse assunto. Achamos que tem que haver um adiamento. Solicitamos uma reunião extraordinária logo em janeiro, solicitamos à Secretaria executiva, Dra. Minelli, para encaminhamento disso tudo. Soube agora através do Rocco, não sei se está aqui, que há conversações sobre a cobrança, e há uma insatisfação dos municípios, fundamentalmente São Paulo...

Secretário - Só para darmos andamento na pauta, nesse momento...

Edmundo- Então queremos depois um tempo para tratar mesmo que não esteja na pauta hoje sobre a cobrança que é o grande alavancador desse Comitê.

Pedro Jacobi- Gostaria de em nome da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão que se reuniu durante mais de 6h, trabalhou conjuntamente, de maneira tripartite, discutimos cada ponto dessa minuta de deliberação, foi pactuado com esse grupo, de uma forma extremamente tranquila, transparente, trazendo todos os contraditórios à baila, tem várias pessoas aqui presentes que podem ratificar ou fazer algum questionamento, mas eu me sinto quase que desrespeitado como CTPG por esse tipo de posicionamento. Ou seja, para que serve então a CTPG, que teve a participação dos diferentes segmentos trabalhando em clima de absoluta tranquilidade, onde foram colocados todos os

questionamentos, absolutamente todos. Para que serve então a CTPG, se está se questionando porque algumas pessoas não vieram a reunião. Havia representação da sociedade civil, do estado e dos municípios. Eu pessoalmente considero absolutamente injustificado protelar isso para o mês de janeiro na medida em que isso foi pactuado e a CTPG está trazendo esse tema para ser avaliado e votado, seja a favor ou contra, mas será avaliado pelos membros aqui presentes do Comitê.

Maria del Carmen Adsuara- Representando segmento município de Santana do Parnaíba - Reforço o que o Pedro falou, e queria também lembrar a vocês que de dois em dois anos temos uma eleição municipal, estadual e não dá para toda hora para e deixar para a próxima gestão porque quem vai assumir na próxima gestão, até saber do que se trata, vai no mínimo uns seis meses e sou a favor então que se delibere agora, era público e todo mundo sabia que isso estava sendo discutido na CTPG.

Sandra- Representando segmento municípios - Prefeitura municipal de Santo André- Bom dia a todos. Como fui citada, para que conste em Ata, a minha declaração foi apenas com relação à representação pessoal no conselho fiscal da FABH-AT, porque fui designada na última reunião aqui, e eu apenas estava dizendo que passei meus dados para constar em Ata mas que muito provavelmente logo que se dê a primeira reunião terá que ser solicitado à Santo André o nome do representante na próxima reunião. Apenas com relação a esse assunto. Obrigada. Eu estava presente na reunião da CTPG e me faço representar hoje aqui por Santo André com carta de representação do prefeito, pelo que sei é ato válido.

Nélson- Reforço minha posição como representante aqui do Comitê porque na verdade a CTPG tem sua função técnica, mas esse plenário tem uma função de conselho político, e na verdade esse conceito tem que ter tempo para analisar seus documentos e eles chegaram apenas dois dias antes da plenária, já está fora do próprio estatuto, quer dizer está contra o estatuto, segundo lugar, Sociedade Civil real, presente durante essa plenária, só foram dois, representados pelo Eduardo Raccioppi e Gilmar Mangueira, os demais eram todos representantes do município, portanto segmento da Sociedade Civil está questionando o teor desse documento com mais propriedade, com mais tempo, para que possamos realmente nos posicionar com categoria. Estou colocando que na verdade estamos fora do que prevê nosso estatuto dos CDBH-AT, ou seja a convocação e a disponibilização dos documentos tem que ser feita com o mínimo de oito dias antes, e não tivemos acesso a essa documentação. Muito obrigado.

Secretário- Mais alguma manifestação?

Miron- Concordo com o Nelson. Um documento dessa complexidade onde vai se mudar a distribuição dos recursos do FEHIDRO, não é de última hora que se resolve. Precisa mais tempo, estudos sobre isso, e ver a lógica desse documento. Não concordo com o Pedro, por que as Câmaras Técnicas são entidades de assessoria do Comitê, as decisões não são unilaterais e nem de pequenos grupos. Quem decide a plenária do Comitê, e não há subestimação de nenhuma Câmara Técnica, Pedro, elas são úteis, necessárias, mas não são decisoras do que se pretende dar esse caráter decisório à Câmara Técnica, decisor é o plenário do Comitê.

Pedro Jacobi- Não vou entrar aqui em bate-boca mas ninguém falou que a Câmara Técnica é decisória, ela é assessoria e encaminhou, ela pactuou e encaminhou, e é claro que o Comitê que define a favor ou contra qualquer encaminhamento da Câmara Técnica . Ninguém tem dúvida disso.

Bonfílio - Bom gente, matéria que não é de mérito, não está se colocando em dúvida a qualidade do trabalho da Câmara Técnica . A matéria é legal e não podemos abrir precedentes salvo devidamente justificados e não há necessidade de burlarmos nosso estatuto para aprofundar a discussão desse tema que é tão importante sobre os critérios de distribuição dos recursos do FEHIDRO, inclusive em respeito até, estamos falando como Sociedade Civil mas em respeito aos municípios que tiveram mudança na sua administração, a partir de 01/01, é importante que esses novos gerentes tenham a oportunidade de através de seus respectivos representantes nesse Comitê possam se posicionar, então não podemos abrir um precedente sem uma justificativa adequada de urgência, ou de emergência, para antecipar uma discussão. Os prazos do estatuto precisam ser respeitados, e o prazo de oito dias para convocação de plenária, já começa por aí, a convocação chegou na segunda-feira, hoje é quarta-feira, a convocação chegou no meu e-mail na segunda-feira, aliás chegou sem pauta, sem endereço, eu estava vindo no caminho para cá temeroso, se a reunião não fosse aqui teria perdido o meu dia, o meu deslocamento, e a matéria tem que vir instruída com os documentos necessários, então é importante respeitar seus prazos mínimos porque é uma questão de legalidade, não é de mérito.

Edmundo- Quero enfatizar minha posição de apoio, do município de São Paulo a Sociedade Civil e reafirmando que nesse instante o Conselho do Meio Ambiente está deliberando sob a iniciativa do Governo do Estado, sobre o Instituto Paulista de Águas, que tem ligação com esse fundo dos recursos hídricos, a sub conta da cobrança é uma sob conta

desse fundo, quer dizer não podemos chegar aqui, por exemplo provavelmente nessa reunião da Câmara Técnica alguns municípios não estavam presentes, já não tenho certeza se um município que representa estava lá, porque tem outros representantes, então é uma frivolidade encaminharmos nesse momento uma Deliberação desse tipo, temos que ter um pouco de prudência, é um momento delicado do governo, estão se articulando as representações da sociedade civil, há três reuniões sem quorum nesse comitê, peço um pouco de prudência a mesa, porque não é possível, esse fundo é o que define os recursos hídricos do estado e todos os projetos e todo o plano de investimento que a Dra. Mônica está entregando a este Comitê. Outra coisa, as representações do Comitê tem que ser coerentes, a sociedade é a sociedade, município é município, estado é o estado, não pode existir pessoas que tenham dupla representação, da sociedade que apóia o estado e faz esse jogo, o sistema é tripartite, o Dr. Ubiratã ontem em um evento falou, sistema tripartite, não se pode haver manipulação como há manipulação nesse comitê.

Secretário - Se já terminou só gostaria de destacar que a estrutura dos grupos de trabalho respeita a participação do estado, municípios e Sociedade Civil Organizada, que todas as reuniões de trabalho foram conduzidas obedecendo as regras de estatuto, inclusive de representatividade, então no mínimo é indelicado um comentário de que há algum representante querepresenta outro, porque são eleitos pelos seus pares, um plenário. Há mais alguma manifestação? Só para esclarecer, há algum ponto específico dessa Deliberação que mereça alguma crítica já? Por favor, se o senhor puder expor...

Valentina Denizo- Representando segmento Governo do Estado de São Paulo/CDHU- Minha colocação não é com respeito ao conteúdo da Deliberação porque ele foi extensamente discutido. Só queria lembrar, eu faço parte da Câmara Técnica de planejamento, sou suplente neste Comitê, o coordenador é o Eduardo, e no dia que essa Câmara Técnica foi eleita, foram criados alguns grupos de trabalho, que as pessoas se candidataram, e participaram, não sei exatamente quanto tempo, mas acredito que é um tempo bastante extenso, onde todos esses pontos foram discutidos, e CGT é um GT aberto, que foi convocado, e a última reunião que ocorreu na Câmara Técnica , foi bastante extensa, tinha como princípio consolidar as discussões técnicas em relação a essa resolução, então acho que não foi agora, foi uma discussão bastante extensa e foi extremamente divulgado, e discutido, e hoje seria um dia para deliberarmos em um fórum ampliado. Só queria lembrar que não foi objeto de uma reunião da Câmara Técnica mas da consolidação nessa reunião de um trabalho de pelo menos um ano de um GT.

Secretário- Destacando também que a participação de todos os Subcomitês.

Valentina- De todos os Subcomitês, esse GT teve uma repercussão, porque também participou do Subcomitê Guarapiranga e da Billings e toda essa discussão teve uma extensão ao Subcomitês que retornou ao GT finalizou esse trabalho convocando também todos os Subcomitês na última reunião. Só queria lembrar esse procedimento que a Câmara Técnica elaborou.

Secretário- Só fazendo uma proposição, me parece, já que o assunto foi debatido por todos os Subcomitês, como teve um fórum, que aqui resta a proposição de fazer, temos suas propostas, se será aprovado ou se deve ser adiado, a questão é, temos prazo legal, ainda teríamos janeiro para que pudesse ser aprovado?

Bonfílio - Tem prazo, todos os anos nós...

Secretária Executiva-Adjunta - Até março tem que apresentar os projetos, quanto mais cedo for aprovado mais cedo você pode começar a apresentar os projetos.

Secretário - Então enquanto isso não for aprovado não há apresentação de projetos.

Bonfílio- Eu já coloquei uma prejudicial de forma, com respeito ao estatuto e já que se insiste em discutir o mérito vou colocar uma prejudicial de mérito. Minha antecessora na fala disse que os Subcomitês, as Câmaras Técnicas dos Subcomitês foram convidadas para participar, de fato foram, só que o nosso sistema observa uma competência de subbacias, que é o plenário dos Subcomitês. Me lembro bem que essa Deliberação que está aqui, que em alguns aspectos remeda a Deliberação que fizemos no ano passado, atrasada inclusive, com sérios problemas, e agora é louvável a antecipação mas não é necessário tanta pressa, vamos corrigindo os atrasos que temos aqui mas agora não precisa toda essa correria, se conseguirmos resolver em janeiro vai estar em bom termo e bom tempo. A prejudicial de mérito é no sentido de que o plenário do Subcomitê não foi ouvido e as Câmaras Técnicas dos Subcomitês são compostas parcialmente por alguns membros do plenário e essa reunião que houve para discutir aqui em São Paulo na CTPG, foi uma reunião muito recente, salvo engano não tem um mês, e já chegou nesse documento e não houve uma oitiva nos plenários do Subcomitês. Logo de cara já vi e comentei com nosso Secretário Executivo, o Osvaldo, que algumas matérias que foram objetos da preterição de alguns projetos do Subcomitê novamente não foram consideradas aqui no item das matérias a serem priorizadas no

âmbito dos Subcomitês, então aqui coloco uma prejudicial de mérito também colocada por uma prejudicial estatutária, os Subcomitês precisam ser previamente ouvidos, é matéria de competência, é matéria de hierarquização e de priorização, para priorização dos investimentos, não podemos abrir precedentes e nem violar nossa forma de trabalho.

Secretário - Então a proposta apresentada é pelo adiamento para janeiro, quando e de que forma? Os que são favoráveis a que ela seja novamente votada em janeiro, permaneçam como estão, os que são favoráveis ao adiamento para janeiro... é essa proposição, para que não se vote a Deliberação nesse momento e seja marcada nova data em janeiro para ser votada, permaneçam como estão. Os que são contra por favor se manifestem.

Presidente- Levante o crachá ou fique de pé que fica mais fácil para contarmos. Doze.

Romildo de Oliveira Campello- representando segmento Sociedade Civil Organizada entidade CIESP - Se tem quórum não deu.

Presidente- Se tem quórum não deu, é verdade. Fica adiado para janeiro.

Secretária - Gostaria de pedir a recontagem do quórum porque a informação que nos chega é que teve gente que teve que ir embora para a reunião do CONSEMA então queremos saber de fato, levantem seus crachás para sabemos quantos estão aqui.

Bonfílio - A votação está consumada. Já houve.

Presidente- Não, não, o critério da democracia é esse, se assinou e foi embora a votação em plenário valeu. Isso significa que não há quórum para votação e Deliberação do restante da pauta. Isso é assim mesmo, o que se vai fazer, tem que ter consciência disso. Vou fazer a chamada, que ninguém saia, podemos pedir votação nominal, eu sempre recomendo quando há muita dúvida.

Cláudio Deberaldine- Representando segmento municípios prefeitura municipal de Ribeirão Pires- Na verdade é o seguinte, nessa questão houve doze votos, e se os dois representantes do estado estão lá, se estivessem aqui automaticamente daria quórum, só que o que vale é o presencial, agora, na Deliberação das questões, pode ter alguém da Sociedade Civil que vai votar favorável, então não teria quórum.

Presidente- Mas se a votação for nominal cai o quorum. Pegue a lista de chamada. Está decidido, até porque se não houver quórum não tem

validade até a votação. Pediria que não saísse, viu Nelson, só para comprovação dessa votação, depois é uma decisão de vocês aí.

Raimundo presente, participou da votação, Romildo Ok, Renato Ok, Nelson Ok, Antônio Abel Rocha, Bonfílio, Ok, Edmundo Ok, Marco Antônio Palermo Ok, Miron Ok, Adriano Messias Ok, Pedro Jacobi Ok, Eduardo Raccioppi Ok, Jorge Abissamra representante de Ferraz Ok, quem representa o prefeito Gilberto Kassab, pode ter duas?

Edmundo- É outro Edmundo.

Presidente- Ah! Edmundo Picasso Prado, perdão, representante de São Caetano está lá, representante de Ribeirão Pires aqui, representante de Rio Grande da Serra lá, e João Avamileno está, Adsuara Santana do Parnaíba está fez pronunciamento, Luiz Sérgio Osório Valentin tem representante, Rui Assis Brasil, o Amauri, Ricardo Lange, Paulo Sérgio Silva representante da EMAE saiu, Hélio Luiz Castro Ok, José Labrador filho representante Silvio, é o suplente, Maria Emília Botelho, José Carlos e Gerarssi da Fundação Conservação e Produção Florestal, saiu e Pedro Ubiratan quem representa é a Laura. Alguém ficou sem ser chamado? Marcelo Possi Ok, Eduardo Trani ficou a representante, Valentina, o Eduardo assinou e você também, então na realidade o Eduardo faltou, Francisca Luiza Jimenez e Antônio Jimenes Filho. Alguém ficou sem ser chamado? Assinaram 32, teremos quórum, faltaram 3, 29. Nós temos a assinatura da Valentina pelo Trani, o Trani não é considerado por conta que não está e contei a Valentina. Tivemos como falta Paulo Sérgio Silva, José Carlos e Gerarssi e não consideramos o Trani que assinou e saiu, temos 29 votos, não temos o quórum, ficou prejudicada votação, não ficou nem sim e nem não. O quórum é 27? Ok, e tivemos 29, quantos votos ? 12 então **tivemos 17 votos para o adiamento, fica validado então a votação pelo adiamento e será marcada a data para que vocês possam fazer avaliação dos critérios de distribuição financeira dos recursos do FEHIDRO.**

Bonfílio- Ouvido os Subcomitês.

Presidente- Ouvido os Subcomitês. Ficou adiado.

Amauri Polachi- Representante do segmento governo do estado de São Paulo/Secretaria de Saneamento e Energia- Sr. Presidente acho que ficaríamos prejudicados com relação à possibilidade de apresentação dos projetos FEHIDRO no prazo estipulado pelo COFEHIDRO, final de março. Os Subcomitês já fizeram suas reuniões finais, plenárias nesse ano, houve participação de membros representantes técnicos de cada

Subcomitê na elaboração desses critérios, então, há um sentido de participação sim e já de oitiva prévia técnica na parte dos Subcomitês, então a exigência de que seja feito qualquer oitiva preliminar dos Subcomitês de fato tornará inviável a apresentação dos projetos no prazo estipulado, por quê? Porque uma próxima plenária dos Subcomitês deverá ocorrer talvez em fevereiro, e depois uma aqui do Alto Tietê, ou seja o cronograma é impossível de ser obtido então gostaria de submeter à mesa de que não seja obrigatório uma decisão de plenária do Subcomitê nesse sentido.

Presidente- Olha, Bonfílio, nos já passamos por uma experiência desagradável com os recursos do ano passado, lembra? Ficamos dois anos sem receber...

Bonfílio- Só não convoca se não quiser estamos no dia 17 de dezembro, se não der quórum no Subcomitê aprova no Comitê do Alto Tietê, mas as regras temos que observar rigorosamente.

Presidente- Nós queremos aliviar para que não tenhamos os mesmos problemas que tivemos no passado e que tanto a Sociedade Civil como prefeituras ficaram sem os recursos do ano e teve que juntar dois anos para tocar isso. Márcia.

Márcia Nascimento- Representando segmento governo do estado de São Paulo/Secretaria do meio ambiente/CPLEA- Senhor Presidente, bom dia a todos. Também reitero a colocação do Secretário Executivo do Subcomitê Cotia Guarapiranga, os Subcomitê são ouvidos em relação a questão dos critérios colocados na Deliberação, foi na verdade uma reiteração dos mesmos critérios adotados agora no ano de 2008, uma vez que a gente não teve o processo com tempo suficiente, tivemos que retomar as mesmas demandas e justamente porque teve uma dificuldade de atendimento do prazo estipulado então acho que nessa situação de não aprovação ou voltar para o Subcomitê, primeiro que vamos pegar uma época bastante ingrata em termos de participação, tanto pela alteração dos representantes municipais como também porque normalmente é uma data de férias de muitos representantes. Segundo, teremos a mesma dificuldade que foi nesse ano de ter efetivamente os projetos aprovados para a utilização dos recursos com tempo suficiente de maturação de propostas. Acho que não é necessária a questão da oitiva do Subcomitê e ainda colocando na questão de necessidade, nosso prejuízo vai ser maior em termos de encaminhamento dos projetos para o FEHIDRO.

Del Carmen- Quero falar em nome de meu Subcomitê, fomos consultados, temos um Secretário executivo muito eficiente que é o Carlos, e tivemos

reunião essa semana e todo mundo está de acordo. O meu Comitê já foi ouvido e não precisa ser novamente ouvido.

Nélson- Senhor Presidente, plenária. Gostaria de informar que ao ler por cima, com muito pouco tempo, essa proposta de Deliberação pude notar inicialmente que as mesmas propostas foram discutidas no Subcomitê no ano passado estão se repetindo neste ano dando a impressão de que realmente não houve uma discussão e não há mais justificativas para não se dar ouvidos aos Subcomitês. Acho muito interessante isso, de vez em quando aqui aparecem alguns ilustres defendendo a participação dos Subcomitês e de vez em quando se voltam contra a participação dos Subcomitês. Não dá para entender. Acho que dá para atender os prazos viáveis. Esse ano ainda os próprios Agentes Técnicos não atenderam todos os projetos, embora esse Subcomitê tenha feito seu papel nesse ano, e os Agentes Técnicos estão atrasados na análise dos empreendimentos específicos então portanto não há justificativas para não se fazer essas oitivas. Muito obrigado.

Presidente- Olha, como votamos anteriormente sempre vamos levar para o plenário. Queria perguntar uma coisa, quem mais sobrevive, do meu ponto de vista, é a sociedade civil, porque as prefeituras de certa forma recebem, quando não recebem elas sobrevivem, sou prefeito e já vi isso aqui outras vezes, nem vou mandar mais projetos, deixe para as prefeituras menores ou a Sociedade Civil que mais necessita para que se utilizem dos recursos que eventualmente iriam para a minha cidade. Agora, uma coisa quero deixar bem claro, essas discussões, puxa para cá e puxa para lá, tem alguém lá na frente que vai ficar prejudicado, é a sociedade civil, e às vezes só para prevalecer um ponto de vista da sociedade, ou de alguns membros da sociedade, os outros perderão o prazo como aconteceu no ano passado. Só estou tentando conciliar o seguinte, se ouvir ou não ouvir, se tentar ouvir e não conseguir ouvir e levar lá para frente, haverá sempre um grupo prejudicado em não ter os recursos. O que vai acontecer? Esse grupo sempre será aqueles que têm menor capacidade técnica de avaliação de apresentação dos projetos, não tenham dúvida disso, quem está mais equipado sempre sairá na frente. E eu pediria uma coisa, para a Sociedade Civil não entrar nessa discussão porque senão daqui a pouco nos organizamos a marca uma outra votação, vem aqui e vai para o plenário destrói esse ponto de vista, como estamos em uma democracia e o plenário quis marcar para janeiro, na outra vocês podem perder esse negócio, é só se articular melhor na votação e perde esse negócio. Não passaria por cima, mas eu considero, pessoalmente, não a mesa, que os Subcomitês foram de certa forma consultados, eu só marcaria uma data para janeiro, da data, não vou viajar e não tenho esse compromisso, tenho o

compromisso de resolver esse problema, marcaria dia 10, faria através do Comitê uma correspondência aos Subcomitês e quem respondesse responderia que sim ou que não, consulta só, e marcaria uma nova votação e a Sociedade Civil que se articule para vir no dia da reunião e vai para o plenário e vota ou não, senão vamos ficar, e olha, com respeitabilidade a esses conceitos estatutários, viu Bonfílio, o Subcomitê foi consultado, tenha a certeza absoluta, não tenho dúvidas de que foi.

Bonfílio- Não foi.

Presidente- Pode não ter sido você, do seu Subcomitê...

Bonfílio- No dia da reunião da Câmara Técnica tínhamos plenária no Subcomitê...

Presidente- Queria que constasse em Ata o seguinte, que dessa discussão marcaríamos uma nova reunião para deliberar o que está aqui e nessa reunião a mesa aceitaria propostas para modificação cujo plenário decidiria ou não a mudança das propostas existentes.

Bonfílio- Abre-se o convite para todo o cadastro de todos os Subcomitês...

Presidente- Ok !

Bonfílio- Para que as ponderações pudessem vir a esse plenário ainda que os membros do Subcomitê também tem voto aqui e teríamos uma plenária democrática com a presença de todos os que tiverem alguma ...

Presidente- Olha, eu ficaria com a seguinte proposta, marcamos para dia 10 esse trabalho, na próxima segunda-feira após o dia 10, isso, qualquer um que tiver propostas para a modificação, o que votamos? A alteração. Faz a reunião dia 12 e já marcamos para definir isso. Está boa essa proposta?

Bonfílio- Só quero deixar registrado em Ata de ponderar os motivos.

Presidente- Sim. Pergunto a vocês, essa proposta da mesa está boa? Dia 12 apresentamos, tem essa proposta da Câmara Técnica, vocês re-estudem essa proposta, apresenta uma alteração dessa proposta, vamos para o voto no plenário e o que ficar decidido no plenário, como ficou agora. Encaminha-se até o dia 06, 07.

Osvaldo Vieira- Secretário-executivo do Subcomitê Juquery-Cantareira- Representando segmento governo do estado de São Paulo/Sabesp- Queria colocar uma proposta, que fosse encaminhado aos Secretários Executivos dos Subcomitês e nós encaminharíamos para o colegiado para que eles enviassem algumas sugestões a incluir, porque acho que não há possibilidade de tempo para agendar uma reunião e fazer ter quórum nessa reunião no Subcomitê, nesse período, pela experiência. Também queria dizer que nosso Subcomitê é participante, sou atuante no Subcomitê, e colaborou bastante na elaboração dessas propostas para os critérios, e ficou faltando apenas uma solicitação, que é do Bonfílio e acredito que deve ser da sociedade civil, a questão da educação ambiental, acho que essas coisas nem precisamos encaminhar muito, acho que é encaminhar que é a questão aqui hoje da educação ambiental que é o que eles pretendem na demanda induzida.

Marco Palermo- Aproveitando os comentários da mesa, me manifestar também pessoalmente. Sempre haverá condições da sociedade civil, de todos os outros membros do Comitê participarem. Está dando a impressão que sempre aparece nas plenárias, em algumas plenárias, essas manifestações, que algum segmento quer dar golpe no outro, esse tipo de coisas, está prejudicando o outro, quer dizer, vamos tomar uma atitude mais propositiva, o plenário decidiu, isso mesmo, agora, digo para todos, nós devemos procurar ter um pouco mais de participação nos momentos cruciais, porque todo mundo estava sabendo que tinha reunião da Câmara Técnica, eu mesmo estive em poucas, mas estive onde julgava que era primordial, critérios do FEHIDRO, Plano da Bacia, Cobrança, que são os assuntos primordiais e realmente temos aí que fazer esse sacrifício e estar ciente dessa nossa obrigação. É mais no sentido de um apelo. Lógico que todos os membros da sociedade civil, estados e municípios têm suas obrigações mas nos momentos cruciais, há momentos específicos em que precisamos estar de qualquer jeito, inclusive para convalidar nossos princípios, senão fica muito complicado, na plenária o membro titular tem que se manifestar dessa maneira veemente, como se manifestou o Nelson, o Bonfílio, diante de uma circunstância última, tomou conhecimento agora, há vinte minutos atrás, e não pode acontecer isso, tudo bem, você receber essa documentação mas o processo vem vindo, o Plano da Bacia não foi aprovado de supetão, o critério do FEHIDRO também da mesma maneira. São assuntos que repetidamente se discute nesse Comitê desde que ele existe, e se existe uma reincidência, vamos dizer de postura, de desagrado, e isso é muito mais fácil resolver na Câmara Técnica do que na plenária, é muito mais coerente resolver na instância inferior da pena superior porque na Câmara Técnica os aspectos específicos de cada proposta podem ser

debatidos com amplo espaço e com maior abertura, e na plenária é difícil, então recomendaria que essa atitude seja um pouco diferente, senão vamos chegar na próxima plenária, suponha que na Câmara Técnica não tenha tido oportunidade de A, B ou C participar, decide-se na Câmara Técnica contrariamente a intenção ou a pretensão de um determinado setor então vem na plenária o representante do setor e tenta invalidar, aquilo que a Câmara Técnica fez? Tudo bem, é possível, mas acho que não é o processo ideal, o processo ideal, ainda mais se tratando em termos de distribuição dos recursos, critérios técnicos, a plenária tem papel pouco superior a ficar com essas eternas brigas e proposições e divergências, que a meu ver são desnecessárias, poderia tudo isso estar resolvido muito antes e desnecessariamente estamos novamente decidindo através das mesmas personalidades, das mesmas instituições e dos mesmos argumentos problemas anteriores que tem um fundo que é outro, existe atrás disso uma outra conotação, e se aproveitou da plenária para fazer, mas de qualquer maneira acho que isso vale como recomendação para que os trabalhos agora, que temos até janeiro se desenvolvam bem, e que até, o dia aventado, o dia 12, se discuta, debatendo com suficiência, senão fica realmente complicado. Obrigado.

Presidente- Bonfílio, é o último a falar, encerramos este debate, vamos fazer uma proposta ao plenário se não houver acordo tácito aqui.

Bonfílio- Bom, é evidente que não foram consultadas as plenárias do Subcomitê, isso é um fato, que fique registrado em Ata.

Esse precedente não é admissível, Sr. Vice-presidente, problemas de argumentações e posições, como tais, e jamais vão ocorrer se respeitados os procedimentos democráticos e estatutários. Só isso que está sendo pedido, não está sendo pedido aqui a ratificação da anarquia. Isso é inaceitável porque o sistema já está cada dia mais esvaziado e se continuar virando esse cartório, onde apenas um agrupamento de experts é que decide e a matéria não é trazida para o coletivo maior da sociedade, isso vira um cartório e um cartório esvaziado quando muito sobra só uma pessoa para assinar e carimbar. Esse tipo de insinuação, de que tem um outro fundo, isso sim acho desnecessário, isso eu acho absurdo, até se ouvir, porque tenho 15 anos de participação nesse sistema e o único fundo que banca minha ida e vinda aqui é o do meu bolso, e quando tomamos recursos do FEHIDRO pagamos 20% de contrapartida, que no final na prestação de contas sempre representou 150% do valor captado pelo FEHIDRO e tem estudos que comprovam isso, então muito cuidado com esse tipo de insinuação, perigosa e leviana. Quero deixar registrado em Ata,

porque talvez como bem disse nosso Secretário Executivo, o Osvaldo, é difícil dar quorum em janeiro, por isso vamos aceitar esse precedente, esse precedente de não ouvir o Subcomitê, porque janeiro é um mês difícil. Vamos admitir, mas eu pediria pelo Subcomitê, que uma matéria muito cara é tão importante, para que este plenário não fique tão esvaziado como está, para que não continuamos sonhando que estamos fazendo gestão de recursos hídricos quando na verdade estamos nos enganando, insisto que o tema Comunicação e Educação Ambiental deve continuar sendo prioridade como sempre foi no Comitê, no Subcomitê Juquery-Cantareira, e tivemos um fato absurdo, nesse ano acompanhei todas as reuniões de Câmara Técnica, da CTPG geral aqui, que fechou os critérios, colocamos geral, para toda a bacia do Alto Tietê o tema de Educação Ambiental e Comunicação Social, e quando apresentamos um projeto no Subcomitê, a Câmara Técnica disse que " Ah! A regra é geral mas o particular não vale ", então projeto de educação ambiental para o Juquery-Cantareira não foi previsto, educação ambiental, então está previsto para toda a bacia, mas aqui a filosofia clássica não é aplicada, o que vale para o geral não vale para o particular e eu tive que ouvir esse absurdo, então insisto que essa matéria seja respeitada porque nosso Subcomitê tem história de trabalho na educação ambiental, junto com a Secretaria de Estado da Educação foram desenvolvidos trabalhos pioneiros e queremos insistir e continuar aprofundando essa linha de trabalho que fez o Subcomitê Juquery-Cantareira pioneiro em várias matérias, somos o Subcomitê que está à frente do monitoramento das águas do rio, que pediu recursos para fazer o plano de saneamento dos cinco municípios e é o IPT que vai fazer, então esse pioneirismo é gerado em razão da educação ambiental, que tem gerado massa crítica e a possibilidade de qualificação dos setores, então me desculpe, não quero mais ouvir esse tipo de insinuação absurda.

Presidente- Bem, considerando a posição do Bonfílio de que aceitaria esse precedente de o Subcomitê não ser ouvido, ficamos então aqui com um calendário para janeiro do Comitê, dia 06 o envio de algumas propostas, as Secretarias Executivas, evidentemente, dia 08 a distribuição das suas propostas e no dia 12 o plenário por voto. Ficou claro o seguinte, o plenário vai acabar decidindo entre uma proposta e outra calcado na apresentação do GT.

Vamos passar para um novo item da pauta que vai ser a apresentação do programa REAGUA da Secretaria de Saneamento e Energia pelo seu Secretário Ricardo Toledo.

Ricardo Toledo - Secretaria de Saneamento e Energia- Bom dia a todos, senhor Presidente, prefeito Clovis Volpi, Vice-presidente Marco Palermo, saudar também nosso Secretário Executivo Marcelo Minelli, Maria Emília também, todos os presentes. Em nome da nossa Secretária Dilma gostaríamos de apresentar aos senhores as bases de um programa que resumido é REAGUA, que significa na verdade um programa da recuperação das águas paulistas, cujo edital está sendo nesse momento previamente editado, e que terá uma primeira fase de inscrição ao longo do mês de janeiro de 2009. Pediremos aos representantes dos Subcomitês aqui presentes, e o mesmo para os prefeitos, pela suas prefeituras, que dessem ciência as prefeituras que compõe o Comitê nas suas áreas de atuação sobre esse edital e da necessidade de que as propostas preliminares sejam encaminhadas até o final de janeiro/2009. Fundamentalmente esse programa consiste no apoio do estado de São Paulo a projetos que possam de alguma maneira melhorar a disponibilidade efetiva de água para uso do abastecimento público, disponibilidade efetiva, porque nenhum de nós tem o dom de ampliar realmente a disponibilidade natural de água, mas em termos da melhoria da qualidade de tornar efetivamente disponibilizados as que hoje não estão, isso podemos fazer. O programa é subdividido em dois grandes componentes, a gestão de demandas de água, que a Dra. Mariza Guimarães vai explicar em nome da Secretaria, a Coordenadora de Saneamento, que compreende tanto o controle de perdas no setor de abastecimento, como ações de economia no uso racional da água e dos recursos hídricos, e um outro grande componente seria a coleta e tratamento de esgotos, desde que realmente associados a resultados tangíveis na recuperação de águas. Esse programa guarda semelhanças com um programa federal já existente, o Prodes, no sentido de que uma parte dos aportes a serem transferidos pelo estado às prefeituras será condicionado a verificação efetiva desses resultados finais, e os recursos têm origem em fontes externas, fonte internacional, foram captadas pelo governo do estado de São Paulo, recursos do banco mundial, compostos de contrapartida do próprio estado. Queria pedir a todos presentes que recordem a seus prefeitos, e pedir a nosso Presidente Clóvis Volpi que o Comitê se encarregue de irradiar um pouco, deixando presente essa informação, porque nós sabemos que janeiro é um mês complicado, como foi dito aqui, e há novos prefeitos que assumem nesse momento e podem nesse primeiro momento não se dar conta do prazo desse edital que está correndo e eventualmente pode ter um grande interesse mas perder o prazo por não atentar a essa necessidade, o que tem que ser feito em janeiro não é muita coisa mas tem que ser posto com clareza

qual é o objetivo quais são os principais componentes que pretendam que sejam apoiados. Obrigado.

Mariza Guimarães - Coordenadora de saneamento- O edital foi lançado e tem prazo de apresentação de propostas até 31/01/2009 e o processo tem duas partes, na primeira vai fazer uma grande classificação de todas as propostas, os critérios são transparentes, estão no nosso site é o www.saneamento.sp.gov.br. Do lado direito e dentro desse ícone vocês vão encontrar o regulamento completo do edital e a ficha de inscrição do projeto que deve ser apresentada até 31 de janeiro. Ele tem a parte da gestão da demanda, apoiando basicamente ações de controle de perda, do uso racional da água e ações de reuso da água. O segundo componente é voltado para a recuperação da qualidade e intervenções no sistema da rede de esgoto que pode ser utilização dos sistemas existentes ou de novos sistemas, e recuperação de córregos, com efeito na região metropolitana, que vocês já conhecem, do programa córrego limpo. Para cada tipo de projeto existe uma pontuação e na primeira fase da classificação vamos hierarquizar colocando em ordem decrescente os melhores projetos que poderão vir a ser apoiados pelo REAGUA, e no segundo momento da seleção para os classificados será solicitado a complementação da documentação para que possamos fazer uma análise de viabilidade técnica, econômico-financeira e viabilidade ambiental e essa segunda fase ficaria completa no mês de abril e depois partimos para a fase de contratação efetiva da ação, aí já em conjunto com o Banco Mundial. É importante também destacar que o programa vai apoiar prestadores de serviço na forma de autarquias e empresas quer municipais ou estaduais de saneamento e empresas de economia mista como no caso da Sabesp. Uma prefeitura que porventura tenha como concessionária a Sabesp, por meio da Sabesp poderá ter acesso e solicitar uma determinada intervenção dentro do seu município, e quem não for pela Sabesp a prefeitura terá que dar anuência para a concessionária para fazer essa solicitação para o programa REAGUA. No site da Secretaria existe a ficha de inscrição, que pode ser preenchida dentro do próprio sistema mas deve ser impresso e enviado à Secretaria, e não simplesmente pela Internet porque tem documentação complementar que precisamos e não é possível receber eletronicamente. Acho que seria isso, e esse canal é muito importante para essa divulgação, visto que teremos essas modificações das prefeituras a partir de 01/01 e contamos com vocês para reforçar essa divulgação, a época é difícil, e procuramos fazer da forma mais transparente possível. Obrigada. Dúvidas, estamos aqui e podemos esclarecer.

Presidente- Vamos abrir para algumas perguntas. Bonfílio.

Bonfílio- Em primeiro lugar parabenizar a iniciativa da Secretaria de Saneamento e Energia coordenada e liderada pela Secretária Dilma que tem contribuído para a modernização e o papel dessa Secretaria que a olhos vistos tem jogado cada dia mais um papel pró ativo na modernização da política de Saneamento e Energia do estado. Só faria uma ponderação, é louvável inclusive a presença da equipe de coordenação desse projeto para apresentar ao Comitê do Alto Tietê e a ponderação é no sentido de haver uma integração mais efetiva dessa proposição com o sistema de gestão. Acredito que os governos, diferentemente dos estados, os governos têm mandatos e pressa de fazer as coisas, e vi que é uma iniciativa de governo muito louvável, mas nosso papel aqui de gerenciamento dos recursos hídricos está muito além dos mandatos dos governos municipais, estadual e federal e vislumbra um futuro do qual nossa vida física não consegue acompanhar. É importantíssimo para a efetividade desse programa, a sua eficiência, porque eficaz é fazer a coisa certa, e eficiência é fazer bem feito, e para fazer bem feito é necessário envolver os vários atores que estão nessa cadeia do uso racional da água, recuperação das águas, recuperação das áreas degradadas, e aumento da produção da água, e aí a palavra integração é fundamental, então vencido o prazo de edital com a coleta das propostas, levar o debate para os Subcomitês e para esse Comitê, e inclusive para que não haja ao longo dos anos na implementação dos programas um conflito entre o que deliberamos aqui como prioridade e o que tem como prioridade esse programa em seus detalhamentos. Outra ponderação, com respeito a vinculação da oitiva da companhia de saneamento, o município tem autonomia e deve respeitar o constante no contrato, e nos contratos obviamente o respeito a essa autonomia do município deve ser preservada, são duas figuras na execução desse programa, uma é a sociedade civil, será que a Sociedade Civil foi considerada no seu papel executivo também para contribuir nos programas que aqui estão? Há possibilidade da Sociedade Civil apresentar demandas e também de participar com seu papel de cooperação na execução desse programa? No caso dos municípios há o papel dos consórcios, que é uma figura muito importante e pelo que vi aqui não está sendo observada essa possibilidade dos consórcios serem propositores e ai a desnecessidade de oitiva da companhia de saneamento porque os Consórcios tem papel executivo, são constituídos pelo município, alguns com a participação da sociedade civil, como no caso do PCJ, e tem o papel executivo também, então a figura dos consórcios precisa ser considerado e preservada dentro do desenrolar da aplicação desse programa. Não tive acesso ao edital, mas gostaria de ouvir da parte dos coordenadores sobre essas questões se estão consideradas.

Marco Palermo- Aproveitando para agradecer a apresentação da Secretaria, e um esclarecimento, quais seriam os requisitos básicos para o município que tenha o serviço autônomo, ou mesmo que seja concessionado, para participar, existem restrições de documentações, verbas, dotações orçamentárias?

Mariza Guimarães - Esqueci de dizer uma coisa muito importante, o valor, 130 milhões de dólares. Na primeira etapa estamos baseados no critério de escassez hídrica, onde foram eleitos cinco unidades de gerenciamento de recursos hídricos com uma área de extrema escassez em uma relação de demanda-disponibilidade > 08, portanto esse programa está voltado exclusivamente para as UGHRIs 5, 6, 8, 9 e 10, e por isso estamos aqui hoje, e uma segunda regra do edital, o estado vai fazer uma captação de recursos junto ao Banco Mundial, então de comum acordo com o banco, para a maior efetividade da aplicação dos recursos estabelecemos como linha de corte que os recursos sejam aplicados em entidades jurídicas organizadas como autarquias, empresas públicas municipal, ou sociedade de economia mista, é uma questão inclusive porque vamos fazer o aporte de recursos e vai ter o acompanhamento, uma contabilidade, que acho que é a base quando você está fazendo esse tipo de investimento.

Bonfílio- E dos consórcios?

Mariza- Na verdade a aplicação do recurso é no município, se há veto da organização por consórcio a gente pode até observar mas a porta de entrada é o prestador de serviço mesmo, podemos analisar casos específicos, não saberia dizer de bate pronto mas acho que é razoável pensar que o prestador de serviço que vai receber os recursos com ele é que vamos estabelecer um relacionamento formal, contratual de acompanhamento.

(Falas sem microfone)

Mariza- O que o Dr. Ricardo colocou é que uma das inovações, é um pouco assemelhada aquela forma de financiamento, a gente está muito interessado nos resultados que vamos obter e então tem toda uma, inclusive parâmetros que vão ser acompanhados ao longo do período de monitoramento dentro da vida do projeto enquanto vai ser apoiado pelo Banco Mundial, tudo isso a gente ainda vai detalhar em contratos específicos com os tomadores.

A primeira ficha de inscrição é bastante sumária, de apresentação da proposta, e na segunda fase vai realmente sentar e detalhar as análises necessárias para a contratação específica. Essa é a página que os

senhores vão encontrar no site da Secretaria, ela mostra o formulário, podemos entrar um por um, aqui na identificação, a ficha pode ser preenchida no sistema e no final da ficha pode imprimir e assinar, relacionando toda documentação a ser enviada à Secretaria.

Isso é um projeto de seleção, como se fosse uma licitação mas é um concurso, estamos prevendo uma data de entrega, para a nossa análise, de divulgação, o prazo para os recursos, que as pessoas podem questionar nosso ordenamento, e depois passa para a segunda fase e a divulgação final.

(Falas sem microfone)

Mariza- Se você pensar em gestão de demanda via controle de perdas, é bem focada, mas na hora que você pega o componente reuso da água, pode ter por exemplo água de irrigação, então tem uma demanda agrícola e isso supera o volume para uso, então está contemplado também.

Bonfílio - Outra questão que queria colocar, quando passou aqui pelo Comitê do Alto Tietê em 1999 o Procav, também com verba internacional, naquele momento discutimos aqui um tema importante, uma Deliberação, se não me engano a 05/99 e que de alguma forma até hoje tem sido observada nas proposições de alguns casos nas implementações de obras, da necessidade de haver uma vinculação a cada investimento em obras estruturais, é necessário um equilíbrio nos projetos dessa natureza com investimentos demonstrados em medidas não estruturais, medidas não estruturais, quando você fala em recuperação de córregos, você pode trabalhar com diversas medidas, e o que eu gostaria de saber da equipe é se no edital e nos critérios de avaliação dos projetos vocês estão observando essa deliberação, pelo menos o Comitê do Alto Tietê, não sei se nos outros Comitês de bacia, onde também o projeto será objeto de implementação desse programa, não sei se tem deliberações similares, mas nosso Comitê do Alto Tietê tem uma Deliberação vigente, que no caso do Procav, a prefeitura de São Paulo contratou esse recurso, foi obrigada a observar essa Deliberação do Comitê, o Procav acabou e não foi implementado 100%, abortou no meio do caminho, mas o Banco Interamericano de Desenvolvimento na época, se não me engano, exigiu a observância desse critério e gostaria de saber se vocês dentro dos critérios de análise dos projetos e obras especialmente, se vão considerar também a necessidade de investimento nas medidas não estruturais, que são inúmeras, vão desde ações de comunicação e educação ambiental até plantio de árvores, programas paisagísticos, enfim.

Presidente- Teremos mais alguém que tem algum questionamento sobre esse assunto, essa proposta ?

Dr. Ricardo- Uma resposta rápida. Eu remeteria o aprofundamento maior eventualmente para uma próxima reunião, vai haver uma outra oportunidade depois que os colegas tiverem a oportunidade de examinar em maior profundidade o edital, porque se não vamos nos perder em detalhes e que talvez não seja esse momento o mais adequado para responder. A consideração das medidas não estruturais já está por definição embutida nos termos do edital, dado que nos componentes de gestão de demanda de água existem medidas de controle de uso, de uso racional e de reuso que de certa maneira também pode ser vista nesse sentido, no entanto uma noção de medida não estrutural tal qual utilizada em todo jargão dos recursos hídricos não é diretamente intransferível para o programa setorial de saneamento que é da competência da Secretaria de Saneamento e Energia.

Presidente- Eu iria pedir, seria interessante uma reunião com a participação dos Secretários de Meio Ambiente, que muitas cidades hoje já tem uma legislação própria com relação ao reuso da água, como o abatimento no IPTU, e tal, e alguns programas desses poderiam ser inseridos pelas prefeituras, então vamos ver se conseguimos marcar uma palestra específica para isso com os prefeitos e seus Secretários, que já deverão estar acompanhando. Na minha cidade por exemplo temos isso, legislação própria para captação e reuso de água com abatimento no IPTU, quem faz recebe o abatimento, é um privilégio, fazer e não pagar imposto. Bom, quero agradecer ao Dr. Ricardo, e eu acho, falava com o Palermo, é um programa maravilhoso, não vamos até divulgar muito para ver se fazemos a captação de recursos maior... mas com certeza vamos nos inscrever no programa e divulgar isso, tenha certeza. Muito obrigado pela presença. Um abraço.

Temos dois assuntos considerados importantes. A Deliberação que trata da aprovação do relatório de situação do CBH-AT 2008.

Laura Stela Perez - CRHi - No relatório de situação foi estabelecida uma metodologia, que foi acordada, os Subcomitês fizeram seu relatório de situação, dentro da metodologia estabelecida, os relatórios foram aprovados dentro dos Subcomitês, e foi consolidado o relatório da bacia do Alto Tietê a partir dos cinco relatórios apresentados. Basicamente é isso, e temos também um prazo de até 31 de dezembro para aprovação pelo Comitê. É o primeiro relatório de situação que foi entregue efetivamente, no passado teve o relatório zero, que foi um diagnóstico, e agora deve começar a ter uma seqüência de relatórios mostrando efetivamente como vem evoluindo a qualidade com os indicadores mais

de base que tragam uma informação mais rápida para toda a sociedade. É isso.

Presidente- Pediria que todos que estiverem de acordo com o relatório permaneçam como estão. **Aprovado por unanimidade**. Obrigado.

Passo para nosso Secretário Executivo.

Secretário - Em função da Deliberação CRH 90, e esse tem que ser feito até 31 de dezembro, não dá para postergar para janeiro, para fazer a aprovação da atualização do cronograma de cobrança. Também com os outros trabalhos que foram apresentados foi elaborado em função do cronograma já aprovado em dezembro de 2007, em função dessa deliberação, e o GT cobrança fez a atualização desse cronograma, para poder cumprir esse prazo de 31/12/08. Na seqüência dos passos, inclusive os prazos precedentes devem ser concluídos para que o próximo passo possa ser efetivado. A proposição está mantendo a atualização conforme aqueles aprovados em dezembro de 2007. Tivemos inclusive uma conversa também com o Vanzo da Fundação para ver se conseguimos antecipar esse cronograma, porque tem uma data limite de 10/06/08 e fizemos uma discussão breve para ver se conseguimos juntar os esforços da Cetesb, DAEE, Fundação e os integrantes do Subcomitê para ver se conseguimos cumprir essa data para iniciar a cobrança ainda ao final de 2009, o que demanda a necessidade dos atores do CRH, e foi chamado e também discutimos essa possibilidade, que nesse caso precisaríamos de uma Deliberação extraordinária e a data é em agosto e teríamos que antecipá-la para a primeira quinzena de julho, permitindo que o Comitê de bacia, em cumprindo esse cronograma, consiga de fato iniciar a cobrança em 2009.

Presidente- Bom, fizemos uma pré reunião hoje às 8h da manhã por conta de fazer essa apresentação para todos os senhores, inclusive com a presença do Vanzo Presidente da Agência, onde foi apresentado um cronograma que iria até dezembro e a cobrança portanto só aconteceria em 2010, e fizermos uma discussão de que isso seria praticamente um auto prejuízo a todo o sistema, para a cobrança, conseguimos desenvolver uma outra proposta lá, para apresentação ao plenário, que viabilizaria como data limite 10/06, o que possibilitaria a emissão dos boletos ainda em 2009, e se houvesse eventualmente alguma discussão daqueles usuários, no caso de uma contestação, buscando um entendimento administrativo para os que não estariam se enquadrando economicamente em seus orçamentos, fazendo uma conciliação das contas, mas buscando impreterivelmente que os recursos já entrassem

para a Agência em 2009. A previsão que podemos constatar nessa discussão é que, quanto mais, e os senhores devem ter recebido também um pequeno cronograma dos processos, quanto mais pudéssemos antecipar esse cronograma, mais cedo se faria a edição dos boletos. Isso foi acordado, esse segundo prazo, para trazermos aqui para plenário, por conta de acelerarmos esse processo, que isso tem que ser aprovada até 31 de dezembro, com a anuência do Vanzo, que gostaríamos que acontecesse no mês de março, no máximo até maio, e isso poderá antecipar as datas previstas desde que todos nós trabalhássemos em conjunto para poder viabilizar isso, com muita seriedade e tranquilidade evitando todo e qualquer tipo de ação judicial que prejudicasse essa cobrança. Isso foi acordado previamente, e se todos concordarem com esse cronograma iríamos registrar em Ata e encaminhar para o CRH na primeira reunião que ele tem, ou se houver necessidade de uma convocação extraordinária, para que conseguíssemos colocar em funcionamento. Aparentemente algumas arestas foram resolvidas nessa reunião prévia com o Vanzo, com a nossa presença e a presença da direção do Comitê e o que esperamos é que com esse calendário definitivamente a gente tenha instalado a cobrança em 2009. Se alguém quiser fazer alguma colocação. Edmundo, depois o Sr. Miron.

Edmundo- Já fui informado das conversações hoje de manhã sobre isso, e vou dar o apoio a essa iniciativa, ao novo Secretário Executivo do comitê, que está dando um novo ar, dando mérito, mas queria dizer o seguinte, tenho em mãos a Deliberação 08/06 do nosso Comitê sobre o tema, e no seu Artigo 3o. dizia que o cronograma final dos trabalhos seria feito em março de 2007, e estamos hoje quase março de 2009, há dois anos esse assunto, vários Secretários de estado, Secretários municipais se reuniram, e já trataram, quer dizer, há uma grande dificuldade de encaminhamento disso nessa plenária, nesse Comitê, etc, existe a burocracia dos órgãos de estado, etc. então vamos dar mais esse voto de confiança, nosso prefeito está tomando posse no dia 01 de janeiro, com a presença do governador, vamos dar mais esse voto de confiança, sabemos que há alguma coisa não compreensível para o início. Tenho em mãos aqui uma Deliberação aprovada no Conselho Estadual, há algumas horas, de Sorocaba, que começou depois do Alto Tietê e conseguiu aprovar, inclusive ad referendum, o início da cobrança naquele Comitê, então, solicito aos colegas do estado, aos órgãos públicos, aos órgãos consultivos, os que têm que entregar as informações, que a gente não caia nisso porque certamente cabeças vão rolar se isso não for feito, cabeças vão rolar. Solicito então representando a prefeitura que a gente faça alguma coisa. Muito obrigado.

Presidente- Miron com a palavra.

Miron- Primeiro vou informar o meu amigo Edmundo que não foi Ad Referendum a decisão do Conselho de estado, foi em uma sessão plenária. A agilidade de Sorocaba é louvável, porque talvez tenha forças menos anacrônicas do que as que tem aqui nessa bacia. Não há razão técnica nenhuma para que cobrança seja autorizada a partir de hoje aqui por parte do Comitê para começar no dia 01 de janeiro. Existem historicamente os cadastros do DAEE, da Cetesb, cadastro que diz a lei que tem que fazer uma pesquisa e formar um cadastro novo, isso é conversa fiada, porque nenhum cadastro dessa natureza é preciso agora e nem no futuro. As organizações outorgadas desaparecem, não avisam, tem novos que não avisam, tem os clandestinos, e tem tudo, se ficar esperando o aperfeiçoamento de seus cadastros a cobrança é Ad Eternum porque quem estudou um pouco de estatística sabe que a ciência estatística é relativa, não é exata, através da curva de Gauss é que você faz a aproximação dos dados, então essa conversa fiada, que vem há cinco anos, não é nada mais do que para defender os interesses do estado, em conluio com as forças econômicas, que não querem ceder os cadastros e nem firmar o convênio que têm de firmar entre a Cetesb, a Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. Então são coisas esquisitas que ocorrem. Não há necessidade, os cadastros inclusive estão na Internet, você pode acessar o cadastro do DAEE. Se ele é real para o DAEE, porque não é para a cobrança? Aí vem o argumento de que precisava fazer a revisão do plano da bacia, quando não é obrigação da revisão para se iniciar a cobrança. Agora tem até a revisão. Qual é o problema? Quero que me digam, quem souber. Qual é o problema de começar a cobrança? Publicar o edital? É só pagar o jornal. Quatro anos empurrando com a barriga em função das forças, repetindo, anacrônicas, de interesses poderosos das forças econômicas, aí vem um projeto maravilhoso desses do governo que intrinsecamente compreende a cobrança sobre o controle do lançador do efluente, sobre o consumidor d'água, sobre aquele que reusa, então isso um absurdo, há dois anos atrás apresentamos uma Deliberação aqui para começar a cobrança e aí essas forças, que não vou ser repetitivo, interferiram, e agora vem a mesma conversa fiada, lá no CRH foi a mesma coisa no prazo de agosto. 2010 é pouco, ou 2020 também é pouco. Pelo conhecimento que eu tenho da administração isso é um absurdo, isso implica no tal custo Brasil, no desenvolvimento social, no IDH, no desenvolvimento humano, na saúde pública, porque esse dinheiro é necessário. Esse cronograma que está aqui Sr. Presidente, foi feito há mais ou menos quatro anos atrás, ele vem nos dando detalhes, porque tem que acompanhar o que a lei manda, o coeficiente para o cálculo já está pronto, é da lei, é só colocar preço, o Sorocaba

veio com um preço mais alto do que o Piracicaba, em poucos meses, colocaram um professor, da Luiz de Queiroz, como Presidente da Agência e resolveram aquilo lá, e não deram nem muita satisfação aqui para o sistema, chegaram com tudo pronto já, inspirado no Piracicaba, Ceivap, não sei onde. Tenho impressão que a sociedade aqui no topo aqui da cabeceira, deve ser de uma incompetência absurda, não é? Absurda. Devemos ser todos analfabetos. Quando você tem um escopo para o cálculo matemático é só você encontrar a equação, o escopo está pronto na lei da cobrança, as condições, os planos de bacia, estão todos aí, então quem falar para mim que vai cobrar daqui a não sei quanto tempo, eu não sou de me desiludir não, faz muitos anos que estou no sistema, nunca vi tamanha incompetência, tamanha incompetência. Na época que fui Presidente da Agência foram dois anos de luta, é um absurdo de autoritarismo que está em cima do sistema, se bem que acho até que vão acabar com a gente, com essa lei nova aí, porque o sistema é tão autoritário que não consegue conviver com o sistema tripartite onde está a sociedade civil.

Me desculpem a irritação, mas já passei da idade de ser enganado.

Secretário- Mais alguma manifestação?

Bonfílio - Gostaria que constasse em Ata o inteiro teor da fala do ex-Presidente da Agência da bacia, porque são posições muito severas que nos devem levar a refletir sobre a nossa missão dentro de sistema.

Secretário - A proposição desse cronograma, se houveram cronogramas, planos de trabalho, e equipes trabalhando, e talvez estejam todos nessa plenária, a plenária renova ou não, mas todos participaram desse processo, devem entender com propriedade porque não foi possível atingir os objetivos já que todos tinham a oportunidade de se manifestar e por isso que a representação é tripartite, aqui na plenária e nos seus Subcomitês. O que estamos fazendo, aqui nesse instante, temos que até 31 de dezembro desse ano atualizar o cronograma porque senão nem isso, nem o horizonte daqui para frente, nem a perspectiva de implementar a cobrança, teremos. O que está sendo apresentado aqui é, temos que cumprir até 31 de dezembro a atualização do cronograma de implementação, que é esta proposta que está apresentada. Ela pode ser colocada em votação?

Bonfílio- Eu indago, foram consideradas as ponderações do Presidente, como a antecipação do prazo?

Secretário - Foi.

Bonfílio- Porque me parece que ainda não estão formatadas no documento....

Presidente- Não, não está aqui formatada mas estamos olhando 10/06 ali, que é a data limite que fizemos e discutimos. Esse era o que começamos a discutir lá. Fica aqui registrado em Ata assim como a fala do Sr. Miron de que os prazos foram reduzidos para 10/06 para ser encaminhado ao CRH e a partir dessa aprovação teríamos que ter o Decreto do governador para que se pudesse efetivar a cobrança em julho/09, é a previsão. Depois você tem 90 dias para efetuar a cobrança, o Decreto do governador precisa sair em julho, em junho precisa ter sido liquidado, Decreto do governador em julho e teríamos a emissão dos boletos, com a emissão possivelmente teremos algumas soluções judiciais, essas coisas toda, porque o sistema aqui é um pouco diferente, um pouco maior, o volume de dinheiro é um pouco maior do que em outras Agências e portanto temos algumas interferências, evidentemente de algum poder econômico que vá se sentir ferido, mas temos que estar preparados com o grupo para fazer esse tratamento administrativo para que não se vá as vias judiciais, por conta que muitas empresas não terão colocado em seus orçamentos, eles fazem esse orçamento perto do mês de setembro-outubro para pagamento futuro, mas isso já arredonda, o que será um trabalho individualizado tanto da Agência como do Comitê, como das pessoas que comporão esse grupo de trabalho que terá de ser feito lá na frente. Fica inserido na Ata que o prazo é esse. Evidentemente, falei no começo, está registrado, se rompermos alguns prazos desse, se os processos deliberativos por antecipação, se for possível isso, também esse cronograma é antecipado, não queremos chegar ao limite de postergar, mas sim antecipar, esse vai ser o trabalho individual, e político até, que estamos nos incorporando nesse trabalho político para que isso aconteça. Edmundo.

Edmundo- Tem importância do CRH, para esse prazo...

Presidente- Isso, nós vamos pedir uma extraordinária do CRH. Ok.

Laura- É porque temos três prazos para levar a proposta ao CRH, fevereiro, junho e outubro, então deveremos apresentar em junho.

Presidente- Isso. O primeiro prazo não dá e entramos no segundo, antecipamos o segundo. O que gostaríamos de dizer é que isso é só uma revisão de prazo e que portanto constatando em Ata que aprovamos a revisão do prazo, fica consolidado e esperamos que seja consolidado, e efetivamente realizado a cobrança, para a alegria de todos nós que temos lutado, e vocês mais do que eu tenho lutado por um tempo muito grande para que isso aconteça. **Conste em Ata a**

aprovação da plenária da revisão dos prazos inseridos, não a do quadro mas com a nossa fala. Se quiserem podem aplaudir esperando que esses aplausos sejam coisas que possam acontecer de verdade.

Aplausos

Presidente- Nada mais havendo a tratar nessa reunião nos despedimos desejando a todos um feliz Natal e um bom ano novo, e que tenhamos um 2009 muito mais profícuo nas nossas atividades sociais, políticas. Não se esqueçam, dia 12 de janeiro temos nossa reunião.

* * *